

# SUBSÍDIOS PARA A TRANSIÇÃO

**GRUPO TÉCNICO  
PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**

## **NOTA 03**

Catálogo de Políticas Públicas

**afipea**

Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea | Associação dos Funcionários do Ipea

# Catálogo de Políticas Públicas <sup>1</sup>

*Joana Alencar*

*Antônio Brito*

## **1. Introdução**

O Catálogo de Políticas Públicas é uma plataforma virtual que reúne informações sobre as políticas públicas ao longo do tempo, permitindo a realização de consultas, extração de dados e geração de análises. Tem como objetivo promover o conhecimento e dar transparência às políticas do Poder Executivo Federal. Espera-se com isso contribuir para a tomada de decisão e para qualificar a gestão das políticas públicas do Governo Federal.

O catálogo possui a primeira base de dados sistematizada e disponível para conhecimento público sobre o conjunto de intervenções estatais nas mais diferentes áreas. Apresenta de forma sistematizada a trajetória estatal na produção de políticas públicas nas diversas áreas temáticas, por meio da funcionalidade “linha do tempo”; permite buscas de conteúdo pelos nomes das políticas, das áreas, do público-alvo ou tipo de política. As informações atualmente disponíveis sobre cada política pública específica tratam de legislação, data de criação/revogação, objetivos, público-alvo e órgãos públicos respectivos.

## **2. Apontamentos iniciais:**

A partir de uma análise descritiva, foi possível identificar padrões iniciais que ampliam a compreensão sobre a atuação do Estado na materialização das políticas públicas. Percebeu-se que os programas governamentais foram os principais dispositivos de políticas públicas, seguidos das políticas nacionais. A produção estatal de políticas ganha maior intensidade a partir dos anos 90, como decorrência da consolidação de áreas e temas preconizados pela CF 88.

Foi observado que programas e políticas são criados continuamente, em geral por portaria ministerial, não há um padrão vigente que oriente a nomenclatura das diferentes iniciativas em sua completude. Além disso, critérios conceituais para definir o que constitui uma política, um programa ou uma ação orçamentária tendem a variar a depender da cultura organizacional de cada órgão, sendo as diferentes iniciativas governamentais muitas vezes nomeadas de forma arbitrária, sem um critério lógico compartilhado entre todos os órgãos da administração pública.

Do ponto de vista temático e de público atendido, foi possível identificar a prevalência dos temas ligados à área social durante grande parte do período analisado, seguidos de políticas pertencentes à área de desenvolvimento econômico. A quantidade inicial identificada foi de 663 políticas públicas, conforme tabela a seguir, mas, pela atualização mais recente, já estão disponíveis mais de 774.

---

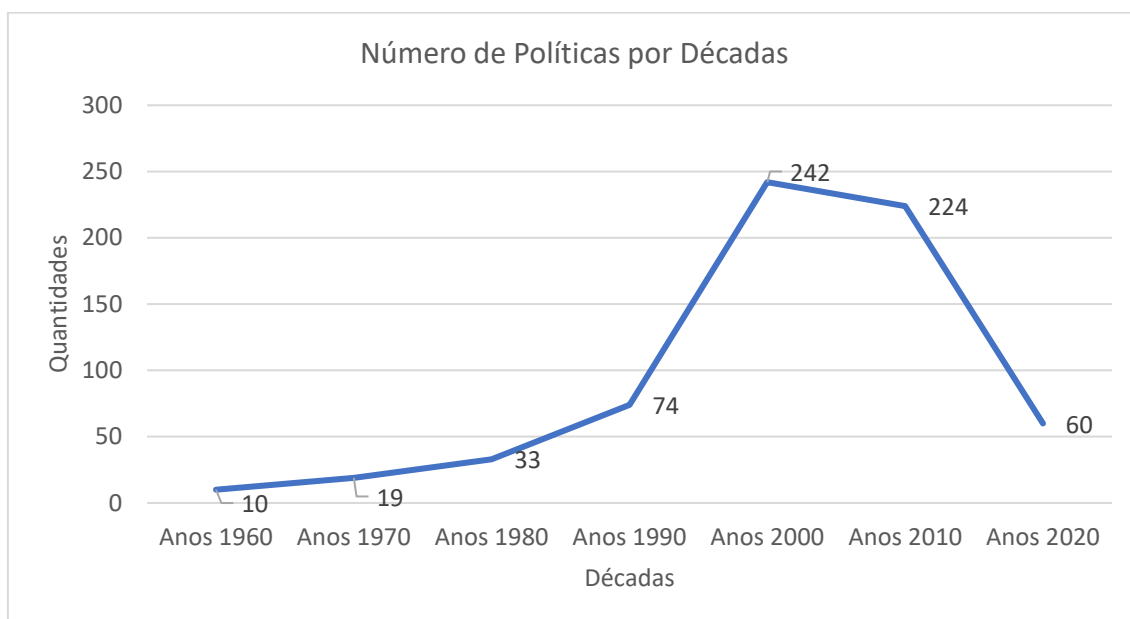
<sup>1</sup> Nota elaborada para compor documento da Afípea. As posições emitidas são de exclusiva e inteira responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a posição do Ipea.

**Tabela 1. Frequência absoluta e relativa de políticas segundo a Área**

Área	Nº	%
Saúde	158	23,83
Agropecuária e Agrária	66	9,95
Assistência Social	56	8,45
Educação	54	8,14
Infraestrutura	38	5,73
Administração Pública	35	5,28
Direitos Humanos	35	5,28
Meio Ambiente	27	4,07
Indústria e Comércio	26	3,92
Ciência e Tecnologia	23	3,47
Desenvolvimento Regional	22	3,32
Cultura	17	2,56
Habituação e Urbanismo	17	2,56
Justiça e Segurança Pública	16	2,41
Turismo, Desporto e Lazer	16	2,41
Defesa Nacional	14	2,11
Política Econômica	12	1,81
Trabalho e Emprego	12	1,81
Segurança Alimentar	10	1,51
Relações Exteriores	5	0,75
Comunicação	2	0,30
Previdência	2	0,30
Total	663	100

Fonte: Ipea. Catálogo de políticas públicas.

O primeiro registro de data, a partir dos critérios de busca textual aplicados na pesquisa, foi o ano de 1953 e a atualização chega aos anos 2022.



Fonte: Ipea. Catálogo de políticas públicas.

Quanto à duração, 615 (92,8%) das 663 políticas catalogadas não possuem indicação de revogação ou fim da vigência, pelo menos não de modo explícito no âmbito do arcabouço legal analisado. Como muitas dessas políticas não estão mais em vigor, uma inferência possível é que, na prática, ao não serem revogadas, muitas políticas acabam sendo simplesmente descontinuadas, perdendo relevância na agenda dos governos ou sendo substituídas por outras sem que haja obrigatoriamente um registro consolidado e formal dessas mudanças. Ou seja, apesar de serem instituídas a partir de um instrumento legal, nem sempre o mesmo procedimento é necessariamente adotado no momento de sua revogação.

A plataforma foi planejada de modo a permitir que complementações sejam incorporadas levando em conta lacunas no registro de políticas passadas, assim como a inserção de políticas criadas após o seu lançamento. Espera-se que qualquer cidadão possa acessar e realizar consultas sobre as políticas públicas implementadas pelo governo federal ao longo do tempo.